

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: A. Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXV • Janeiro / Fevereiro 2016 • Nº 91

DIA NACIONAL DO SARGENTO REFORÇA ESPERANÇA NO FUTURO!



8 de Março
Dia Internacional
da
Mulher

Pág. 10

Nas Forças Armadas,
também existe Cancro
da
Mama!

Pág. 10

40º aniversário
da
Constituição da República
Portuguesa

Pág. 16

EDITORIAL

REFORÇAR A ANS COMO GARANTIA DE FUTURO!

As comemorações do 125º aniversário da Revolta do 31 de Janeiro de 1891 que decorreram entre 21 de Janeiro e 5 de Fevereiro em vinte localidades do país traduziram-se num assinalável êxito.

Êxito consubstanciado na participação de milhares de Sargentos que responderam positivamente ao apelo feito pela sua associação representativa e ao esforço e dedicação de dezenas e dezenas de delegados da ANS que tornaram possível a sua concretização. Facto relevante que não podemos omitir é o número crescente de realizações ocorridas em unidades militares, em muitas delas com a presença dos respectivos comandantes, como reconhecimento da importância da efeméride e do papel dos Sargentos para o sucesso da missão maior que incumbe às Forças Armadas. Este último facto é bem a demonstração que comemorar o Dia Nacional do Sargento é um factor de coesão e disciplina com que as Forças Armadas e o país só têm a ganhar. No momento em que está apresentada na Assembleia da República uma recomendação para o reconhecimento do 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento, esperamos que tal aconteça, já que os argumentos que vêm sendo utilizados para não o reconhecer caíram com a realidade dos últimos anos e de que as comemorações do 125º aniversário são uma amostra eloquente.

Para além de assinalar a efeméride e honrar os Heróis da Revolta, as comemorações nas suas diferentes realizações serviram para os Sargentos de Portugal

abordarem os assuntos que mais os preocupam, nomeadamente: o EMFAR, Saúde/ADM, Acção Social Complementar/IASFA, entre outros.

Sobre as preocupações, de hoje, é forçoso realçar a enorme concordância e unidade da classe, em torno das propostas apresentadas pela ANS a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e a disponibilidade para se bater pela sua concretização, elevando a convicção de que não são assuntos encerrados.

Em simultâneo com as comemorações do nosso dia nacional, outro aniversário marcante para a classe ocorreu – os 25 anos do jornal “O Sargento”!

25 anos de edição ininterrupta, como voz privilegiada dos Sargentos de Portugal, como factor de ligação e união dos Sargentos disseminados por todo o país. Ao longo destes anos o nosso jornal soube granjear o respeito de todos os que o lêem e podemos garantir que a sua leitura não é um exclusivo dos Sargentos e quem o faz, fá-lo com todo o interesse e atenção, por se tratar de uma voz atenta, responsável e combativa, dando sempre nota das realizações, mas também das preocupações que nos assaltam em cada momento.

Há tempos atrás dizia-nos um camarada militar, de elevada patente, que em determinados círculos o nosso jornal não era lido, era estudado! Esta afirmação é bem o exemplo e simultaneamente prova do prestígio e importância de “O Sargento”. Prestígio que merece e impõe que este quarto de século de vida seja devidamente assinalado.

Assim o iremos fazer! A ANS está a preparar para a segunda quinzena de Maio um conjunto de iniciativas a decorrer durante uma semana, que incluirão uma exposição sobre o jornal como tema central, em torno da qual ocorrerão outras iniciativas como debates e palestras.

Vincar a importância de “O Sargento” no engrandecimento e prestígio da nossa associação, não é um mero reconhecimento, é antes do mais, valorizar um instrumento criado ao serviço dos Sargentos, dando-lhes voz quando outros a procuram retirar, é realçar o enorme contributo para a ligação da ANS a todos os Sargentos, independentemente da situação em que se encontram, é valorizar a informação principalmente aos camaradas mais afastados dos grandes centros de decisão, é ser a palavra que irradia coragem e determinação nos momentos em que tudo parece perdido, apontando caminhos, novas soluções que nos fazem erguer e de novo retomar a caminhada.

Foi o que procurámos ser nestes 25 anos. É o que iremos ser nos próximos! Instrumento privilegiado no reforço da ANS e do associativismo militar, garantia da esperança num futuro melhor para os Sargentos de Portugal, futuro do qual temos obrigação e dever de ser protagonistas.

Tal como a vida nos ensina permanentemente, ninguém nos dá nada, no que aos nossos direitos diz respeito, somos nós que o teremos de conquistar e essa vontade de conquista só a nós diz respeito. Basta acreditar e nós na ANS acreditamos! ▲



À semelhança do que já vem acontecendo nos últimos dois anos, uma comissão constituída por clubes e associações de militares,

com o apoio da **Câmara Municipal de Almada**, vai promover o:

Almoço Comemorativo
42º Aniversário da Revolução
25 de Abril de 1974

Integram esta comissão o **CSA** – Clube do Sargento da Armada, o **CPA** – Clube de Praças da Armada, a **ANS** – Associação Nacional de Sargentos, a **AOFA** – Associação de Oficiais das Forças Armadas e a **AP** – Associação de Praças.

O Almoço Comemorativo terá lugar nas instalações da **SFUAP - Sociedade Filarmónica União Artística Piedense**, na Cova da Piedade, no dia **23 de Abril de 2016**, pelas **12H30**

Para mais informações e inscrição para o almoço devem ser contactadas as organizações que integram a Comissão.



com Abril, sempre!

O Presidente da ANS, no 125º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891

Na cerimónia comemorativa deste ano, na sua intervenção, José Gonçalves, presidente da Direcção da ANS deu destaque a vários aspectos de que salientamos:

Comemorámos e evocámos o 31 de Janeiro de 1891, o Centésimo Vigésimo Quinto aniversário da Revolta do Porto.

A degradação dos princípios e dos valores morais e éticos das elites e classes dominantes, a corrupção do poder e a manifesta incapacidade do regime em afirmar e defender a independência e a honra da pátria, levaram a esta primeira tentativa de por fim a uma situação insustentável e humilhante, inaceitável ...

Mas o sentido da soberania que fez de Portugal uma nação com os séculos de história deu nesse dia um sinal e de forma abnegada, uma gesta nobre de garbosos, bravos e valentes Sargentos, emprestou o seu melhor para realizar o sonho em que acreditaram.

Bem hajam, pela determinação, coragem e valentia. O vosso exemplo atravessou gerações e séculos e, estamos certos, irá perdurar ao longo dos tempos porque esta é uma marca indelével daquilo que era e continuará a ser a alma lusa.

Este é um traço marcante desta gente e deste povo que é o nosso.

Fez a ponte para actualidade, afirmando:

A história repete-se e são sempre as elites e as classes dominantes que, por inabilidade, intenção, acção, omissão (ou todas) colocam os povos em situações políticas, económicas e sociais críticas. Cento e cinco anos em regime republicano, quarenta de governos democráticos e constitucionais e continuamos a viver nas mãos dessas elites que se arrogam ser donas disto tudo.

A vida pública em democracia necessita de transparência, verdade e lealdade, assim não podemos continuar ...

Impõe-se reprimir os desígnios inspiradores da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, a criação da tal “República larga, franca onde caibam todos os portugueses”.

Temos essa obrigação, esse dever e o poder de lutar por ela e pela defesa dos pilares da democracia para que esta cumpra a sua função. Por uma república que seja um estado de direito democrático, que subordine o seu funcionamento à lei e ao direito, aberta ao pluralismo e à participação dos cidadãos.

A relação entre eleitos e eleitores assenta no respeito pela Constituição e demais leis da República e no honrar dos compromissos assumidos. São o cumprimento pouco escrupuloso da lei, o desrespeito pelos compromissos e o prestar de contas que tem estado em causa.

O cidadão não pode deixar de o ser no dia imediatamente a seguir ao acto eleitoral.

Impõe-se encontrar de novo o rumo. Aceitamos como sempre aceitámos as restrições próprias da Condição Militar, cumprimos como sempre cumprimos os nossos deveres, mas não abdicamos de exercer os nossos direitos, exigindo que os princípios enformadores da Condição Militar, assumida sob juramento, sejam respeitados.

Como servidores do estado que somos, sabemos que existem enquadramentos e estatutos profissionais ajustados às características e especificidades de cada tipo de servidor, com uma condição e estatuto profissional específico, mas as sucessivas reformas legislativas tudo têm descaracterizado, o poder negocial e o direito que uns têm e outros nada têm, vieram eliminar alguma da clareza que, sob a capa da igualdade tem vendido e bem, tratando de forma igual coisas que são objectivamente diferentes.

O que está em causa é a definição clara do que se pretende, se militares funcionários públicos e, se assim for,



sob a Condição e Estatuto da Função Pública, se militares das Forças Armadas e, se assim continuar a ser, sob a Condição e Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

É esta dicotomia do quão militar quão funcionário que tem que ser clarificada, porque não foi nem neste quadro nem sob este princípio que assumimos o juramento que fizemos e continuamos a honrar.

Fazendo a projecção para o futuro, José Gonçalves prosseguiu:

A autoridade e legitimidade decore da lei e do respeito pelos compromissos, vincula todos os que estão sob a alçada do governo da República. O respeito por quadros legais próprios, princípios e valores que assentam na ética, responsabilidade, honestidade e transparência da vida pública, vincula mais ainda, todos os que assumem a prestação de um serviço público, seja de natureza governativa, política, militar, jurídica, administrativa ou qualquer outra.

Viver num estado de direito livre e democrático pressupõe isso mesmo, entendimento e consentimento, por isso é altura cumprir com a lei e os compromissos e reforçar a prática do diálogo franco e leal, a negociação e o entendimento, como alicerce para um futuro melhor.

Vai sendo tempo de fazer uso de palavras consentâneas com os actos.

Dignificar e valorizar tem que ter o mesmo significado para todos senão não nos entendemos.

EMFAR... “assenta na valorização da carreira militar e na salvaguarda das suas especificidades” tem que significar isso mesmo, não pode continuar a permitir que a Condição Militar e as práticas de emprego dos militares, consagradas em lei, sejam tratadas da forma que têm sido.

A criação de mais um posto no topo da carreira dos oficiais (Brigadeiro-general ou Comodoro), o posto de Cabo-mor, e bem, no topo da carreira das Praças não pode permitir que em relação aos sargentos, apesar do embrulho ser mais elaborado, para justificar o injustificável, passem-se “...atendendo ao reforço das capacidades operacionais das Forças Armadas e ao equilíbrio de rácios entre as categorias, o ingresso na categoria de sargentos passa a ser efetuado no posto

de subsargento ou furriel...”.

O que isto significa objectivamente é a criação de um posto abaixo daquilo que já era a base da carreira da carreira de sargentos, medida que para nós sargentos, significa um desrespeito pela classe e um retrocesso de pelo menos 25 anos.

Dignificar e valorizar assim, não obrigado!

Nesta como em tantas outras matérias da nossa vida e da nossa função enquanto sargentos, o recurso à semântica e a interpretações pouco objectivas não ajudam nem à coesão, nem à criação da confiança tão necessária à estabilidade e ao bom entendimento.

Também vai sendo tempo de que imposição de medidas, consideradas de emergência, que pelos sacrifícios que exigiram aos portugueses, não se transformem em «soluções definitivas» ou de longa duração. É tempo de repor a justiça e equidade, pondo fim a esta situação de sermos todos a pagar desmandos e irresponsabilidades de gente sem escrúpulos nem princípios.

Camaradas, terminada mais esta ronda pelo mais profundo das bases que são a razão de existir da nossa associação, temos agora uma melhor consciência e conhecimento do mar de problemas e dificuldades que nos afectam. As condições de trabalho nas Forças Armadas, as dificuldades e constrangimentos em que vivem os Sargentos e suas famílias, são razões de sobra para continuar a nossa luta.

Sentimos as dificuldades, sentimos, mas também sentimos a vontade, a força, a coragem e determinação para lhes dar resposta através da luta que temos que continuar a travar! Quando é que assim não foi?

José Gonçalves terminou a sua intervenção afirmando:

Bem hajam pela confiança que em nós depositaram. Conto com o apoio de todos e cada um de vós para levar por diante um sonho e um projecto que, em torno da Associação Nacional de Sargentos, dignifique e honre os Sargentos de Portugal, as Forças Armadas e Portugal.

Viva o 31 de Janeiro!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Viva a Associação Nacional de Sargentos!

Viva Portugal! ▲

“Quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita”

Este foi o mote da intervenção sobre o EMFAR, feita pelo vice-presidente da ANS pelo ramo Armada, António Taveira, nas comemorações do 31 de Janeiro, na Casa do Alentejo e cujo resumo se apresenta abaixo.

Pelas características de alteração do diploma, verdadeiro atentado aos direitos dos Sargentos e de como todo o processo se desenvolveu, era imperativo fazer chegar à classe a mensagem com o objectivo de esclarecer os contornos, dar a conhecer as novas medidas e apelar à determinação na continuidade da defesa dos interesses dos Sargentos.

De facto há muito se propalava a alteração do diploma, as comissões criadas para esse efeito foram várias, chegando a circular três versões de projecto de EMFAR, postas a circular a conta-gotas por verdadeiros profissionais.

Este foi na realidade um processo demorado, mas com objectivos claros, mentalizar aos poucos as mudanças há muito decididas pela tutela.

Importa ter presente que o anterior Ministro da Defesa, não esteve só neste processo! Sem o apoio das chefias militares e da Presidência da República, jamais seria possível.

Este esclarecimento impunha-se até pela necessidade de tirar qualquer tipo de dúvida do papel das Associações em todo este processo. A nossa responsabilidade sobre esta matéria foi, como é óbvio, nula.

Em circunstância alguma a ANS concordaria com alterações negativas que o diploma transporta e as suas consequências para a vida dos Sargentos.

Destacam-se:

- Um enorme retrocesso hierárquico, que remonta a mais de 25 anos atrás, com a criação do posto de Furriel para ingresso no Quadro Permanente;
- Aprofundamento da estagnação nas carreiras, com o aumento dos tempos mínimos de permanência no posto e alterações nas modalidades de promoção como seja a promoção a Primeiro-Sargento por antiguidade e a promoção a Sargento-Ajudante por escolha;
- Restrição de direitos fundamentais com a introdução do dever de isenção política;



- Aumento do tempo de permanência nas fileiras, reduzindo os aumentos de contagem de tempo de serviço de 15% para 10%, obrigando ao cumprimento de 40 anos de serviço e 55 anos de idade para passagem à situação de Reserva e terminando com a possibilidade de o militar poder requerer a passagem a essa situação;
- Redução dos valores das pensões de Reforma devido ao maior tempo de permanência em postos inferiores com vencimentos mais baixos sobre os quais vão incidir os cálculos das futuras pensões;
- Fim do Complemento de Pensão de Reforma, que aliado à recente extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, irá deixar os camaradas em situação de grande precariedade na sua velhice.
- A salvaguarda do cálculo das pensões de Reforma, substituindo as actuais 13 fórmulas existentes, por apenas uma igual para todos os militares, conforme vigorou até Dezembro de 2005.

Deve ficar claro, que a responsabilidade nesta matéria cabe por inteiro às tutelas, política e militar. Se dúvidas existissem, fácil seria eliminá-las, ler e conhecer as nossas propostas há muito tornadas públicas sobre este documento tão importante nas nossas vidas. Isso bastava.

O mal está feito camaradas, mas o tempo não se esgotou. A disponibilidade no combate pelos nossos direitos mantém-se e, como é do vosso conhecimento, as nossas propostas e posições continuam a trilhar o seu caminho.

O novo ciclo político iniciado com o acto eleitoral de 4 de Outubro de 2015 está aí. Camaradas:

Não somos gente de desistir, sabemos nós e sabemos os nossos interlocutores, sabemos também das razões e condicionantes que nos assistem, mas também sabemos que os objetivos se conquistam quando a vontade nos une.

António Taveira ▲

Reflexão Sobre o SMO

Publicado na edição de 6 de Março de 2016 do jornal “Diário de Notícias” apresentamos o texto “O serviço militar obrigatório estará mesmo de volta?”, da autoria de Miguel Silva Machado, Tenente-coronel Paraquedista (na Reforma), que nos deve fazer reflectir e que deve trazer à discussão na sociedade portuguesa o efeito nefasto que podem trazer as decisões tomadas por entidades estrangeiras, impostas ao país e, pronta e subservientemente, adoptadas por quem detém em cada momento as responsabilidades governativas.

Um novo SMO seria uma opção estratégica nacional de primeira grandeza, com custos equivalentes.

Para que serviria e que tipo de recursos seriam necessários à sua concretização?

Não se perceberia ter um serviço militar destinado a educar jovens e não a produzir real capacidade militar. Teria de servir para aumentar o número de forças treinadas, equipadas e armadas, capazes de combater. O contrário só produziria frustração

pessoal aos envolvidos, dispêndio de dinheiro e seria uma inutilidade prática para o país.

Haveria vantagens ao nível dos valores que o serviço militar se presume incute nos jovens, serviria para avaliar e mesmo melhorar genericamente a sua condição física, aumentaria a base de recrutamento para os contratados, dinamizava algumas economias locais e poderia aumentar os fornecedores nacionais das forças armadas, estimulando alguma indústria.

Mas a sociedade mudou muito e as Forças Armadas também.

A vida militar hoje não se compara como que muitos recordam do SMO, do qual têm uma memória mais romântica do que rigorosa. Quem está nos quartéis e ministra instrução aos voluntários sabe bem o grande número de desistências por motivos outrora considerados impensáveis, mesmo fúteis. Não é por acaso que apesar da tremenda crise de emprego, vencimentos razoáveis e condições de vida aceitáveis não há voluntários suficientes para

servir Portugal nas Forças Armadas. A ausência de voluntários é aliás assunto que merece ser estudado e com muito mais urgência do que o «novo SMO».

O SMO não poderia substituir o atual sistema de forças, apenas reforçá-lo em algumas componentes.

Se para o Dia da Defesa Nacional (umas horas num quartel para quem chega à idade militar) se esperam neste ano 136 mil jovens de ambos os sexos - a igualdade do género assim o determina - é lícito supor, contas por baixo, que no mínimo metade destes estariam aptos para a recruta.

Se as Forças Armadas hoje têm cerca de 30 mil militares no ativo, este número passaria para 90 a 100 mil, ou não se incorporavam todos? Com que critério?

E necessidades? Adaptar quartéis - parte deles foram alienados, os que existem albergam centenas de militares não milhares; maior recrutamento de pessoal para os quadros permanentes (QP) a fim de ministrar instrução e enquadrar as novas unidades - os QP foram reduzidos, muitos

saíram das fileiras fugindo de legislação penalizadora; armamento e equipamento que não existe em quantidade para os atuais militares teria de ser adquirido; o serviço desadequado militar continua com problemas para acudir aos atuais militares e receberia mais uns milhares de utentes; qual o pagamento, simbólico ou o ordenado mínimo? Neste caso os encargos seriam centenas de milhões de euros/ano; e o que fazer com os objetores de consciência, alguém teria de os ocupar por um ano ou simplesmente iam à sua vida?

E que missões para estes militares «por um ano»?

Só num cenário de ameaça muito grave ao bem-estar da sociedade portuguesa, aqui mesmo à porta, não nas fronteiras longínquas, se acredita que algum governo opte por uma medida destas. Fora da instituição militar podem não se ter apercebido, mas no caminho para o fim do SMO e a sua concretização em 2004, destruiu-se um sistema complexo que agora custaria muito a reedificar. ▲

IASFA, ASC, ADM. DEFENDER O QUE É NOSSO

Falar-se hoje do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), acima de tudo com os militares mais novos, é um tema por vezes difícil e controverso. Particularmente estes, sabendo o que é, não sabem rigorosamente para que serve... Sabem que descontam uma parte significativa do seu vencimento para uma coisa que tem esse nome mas, logo dizem que não, que descontam é para a ADM (Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas). Mas descontam, e mal, para a ADM. Mas, a este ponto, já lá iremos... Falar de Acção Social Complementar (ASC), então, particularmente com eles, é quase chinês. Mas a culpa não é deles. A nebulosa que se criou com estes termos, IASFA, ASC e ADM entre os militares, tem servido os propósitos de alguém... Resta saber é de quem.

Uma coisa é certa, dos beneficiários que precisam e aguardam pela ASC é que não é. Recuemos a 1958. Os militares, desde essa data, sempre descontaram, e pode dizer-se com agrado, para os seus Serviços Sociais (SSFA) (nascidos da fusão da Acção Social da Armada com a Obra Social do Exército e Aeronáutica) e, estes Serviços Sociais, sempre foram cumprindo a sua missão de protecção e apoio às famílias militares mais carenciadas, através da assistência sanitária, materno-infantil, escolar, na velhice e invalidez, e também nos domínios da habitação e do convívio social. Em 1995, pelas mãos do Comandante Supremo das Forças Armadas, que acabou de sair, então enquanto 1º Ministro, foi criado o IASFA, passando este a integrar o Cofre de Previdência das Forças Armadas (CPFA), o Lar de Veteranos Militares (em Runa) o Complexo Social das Forças Armadas (em Oeiras) e o Centro Social Médico e Educativo do Alfeite, no intuito de desenvolver a sua missão, no âmbito da ASC, com priorização de resposta, às situações de carência e maior urgência, de entre os beneficiários de menores recursos, ou com maiores encargos familiares.

O Conselho de Direcção (C.D.) do Instituto era, nessa altura, composto por 1 Presidente e 2 Vogais, nomeados por despacho do Ministro da Defesa Nacional (MDN), ouvidos os Chefes de Estado Maior (CEM) dos 3 Ramos. Todos os Ramos das Forças Armadas (FFAA) estavam representados na Direcção. E, a coisa, com altos e baixos, ia-se levando. Em 2004, ocorre a passagem do IASFA à condição de Instituto Público, materializando-se apenas em 2009, com a aprovação dos novos Estatutos. E o C.D. continuou com representação de todos os Ramos. O problema foi que o IASFA, mantendo a sua missão original, em 2005, viu a mesma alargada à gestão dos sistemas de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM's) (*actitude claramente anti-natura pois eles não se enquadram minimamente na missão primária do IASFA – já o dizia o TGEN PIREZ MATEUS, antigo Presidente do C.D. do IASFA entre JUN01 e SET04 - quando abandonou o cargo*). Em 2012, foi colocada a cereja no topo do bolo. No “âmbito do compromisso de eficiência do anterior executivo”, foi aprovada a nova orgânica do IASFA tendo como alteração de fundo, que a composição do C.D. passasse a ser composto por apenas 2 elementos. 1 Presidente, **que pode** ser designado de entre os Vice Almirantes ou Tenentes Generais e 1 Vogal, **que pode**, também ser designado de entre os Contra Almirantes e Majores Generais. Abriu-se assim um precedente gravíssimo ou seja, a não representatividade dos 3 ramos das FFAA assim como, a possibilidade do mesmo, passar a ser composto apenas por Civis.

Não tenhamos dúvida que foi desde essa data, que a coisa passou a ter bastantes mais baixos que altos.

E o que é que os Chefes militares, no activo, nos anos de 2004 e 2005 e mais recentemente em 2012, fizeram pelo IASFA? E o que é que fazem hoje? Já al-



guém os ouviu?

O IASFA, há 4 meses que não tem Presidente do C.D. Está a ser governado (ou desgovernado), dependendo do ponto de vista, por uma Vogal (Civil).

O CEMGFA, e os CEM dos Ramos, na última audição que concederam à ANS disseram que o IASFA não era problema nem preocupação sua...

Então o IASFA é problema e preocupação de quem? Apenas das Associações Profissionais de Militares?

É que das APM é, com certeza, e elas fazem o seu trabalho onde têm assento, ou seja, no Conselho Consultivo (C.C.) do Instituto. As APM fazem o que está ao seu alcance. Acompanham, apresentam propostas e denunciam quando é caso disso.

Mas então e os Chefes militares?

Também têm assento no Conselho Consultivo... São quatro lugares. Um, por cada Chefe Militar.

O IASFA, não é problema nem preocupação sua?

Realmente, não tem sido, e é também por isso que o IASFA chegou ao estado em que está.

Mas, o IASFA tem que ser preocupação de cada um de nós! Começando pelos Chefes militares e acabando na Praça mais moderna. É fácil, e pode dar jeito, assacar responsabilidades apenas à tutela política... Esses senhores, lá terão a sua quota-parte (e ela é bem grande). Mas não são os únicos. E em relação a esses, sabemos nós, infelizmente, com o que sempre temos contado! Agora, não podemos é tolerar que outros tenham o comportamento que têm tido. Demitem-se, da defesa do que temos por direito mas, curiosamente, aparecem na linha da frente, como mentores, na criação de coisa similar (falamos dessa coisa que por aí anda a pairar, com o nome de Montepio Militar). Vêm com bons olhos, passarem a poder efectuar mais um desconto (ainda que facultativo) para uma coisa (que tem por missão, aquilo, que na realidade já existe no IASFA), em vez de pugnares pela defesa intransigente do que efectivamente possuímos (ou seja, o próprio IASFA).

Há aqui qualquer coisa que não bate certo. A não ser que o objectivo, e não queremos acreditar em tal, ao longo de todos estes anos tenha vindo a ser esse mesmo... Ou seja, delapidar-se ao máximo aquilo que existe e que é de todos, para justificar a criação de algo que passe a ser, só para alguns.

O que se exige aos Chefes militares é que defendam

o nosso património. É que defendam, com unhas e dentes, a obra social do IASFA. Defendam o que é de todos nós, porque desde há muito, gerações de Camaradas para aí têm contribuído. Defendam ainda, que o desconto que efectuamos (a quota que pagamos) passe a ser canalizada para a missão primária do IASFA (ou seja, para a ASC) e não, que seja desviada para a Assistência na Doença. Esse desconto, para a ADM, que os militares, e agora também os seus cônjuges fazem, sempre foi (até ao ano de 2005), e tem de voltar a ser, uma obrigação, unicamente do Estado Português, decorrente da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM). É uma regalia. É sim senhor, **mas é uma regalia** consagrada na lei, e que o Estado Português, como pessoa que se quer de bem, tem de assumir de uma vez por todas, **em função das muitas restrições constitucionalmente previstas, impostas aos militares**, e que eles sempre aceitaram, e aceitam, mesmo com o sacrifício da própria vida. É uma descrimação positiva que o Estado Português, através da tutela política, mas com a ajuda da militar, tem de explicar aos restantes cidadãos e que estes, certamente compreenderão como sempre compreenderam.

E diga-se, sem medo das palavras, hoje, muito pouco nos dão, para aquilo que nos pedem!

Isto é o que a Associação Nacional de Sargentos (ANS) sempre defendeu, continua, e continuará a defender enquanto for este o entendimento dos seus associados.

Mas isto, não vimos nós ser defendido por nenhum Chefe militar enquanto no activo!

Este discurso, repetido, só acontece porque alguém assim quer. Quando a postura de alguns, passar a ser outra, outro discurso também será escrito. Enquanto continuarmos a ter, no activo, Chefes militares, a bem da tutela política, reservadísimos, continuaremos a merecer ter, as políticas sócio profissionais que temos tido nos últimos anos. Ex-Chefes militares muito activos na Reserva e na Reforma, sem o terem sido no activo, não, obrigado!

No tabuleiro onde se tem jogado o IASFA, a ASC e a ADM, só nos têm valido as Associações Profissionais de Militares. Bem pior estaríamos se não fossem elas.

GENERAL MANUEL ROLO É O NOVO CEMFA

Em 24 de Fevereiro de 2016, tomou posse como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea o General Piloto-Aviador Manuel Teixeira Rolo.

O General Rolo nasceu em 29 de Outubro de 1959, em Escalos de Baixo, Castelo Branco e, ingressou na Academia Militar em 1978, de onde, em 1980, transitou para a Academia da Força Aérea.

Operou os aviões "CASA-212 Aviocar" e os aviões "Falcon 20" e "Falcon 50" como Co-piloto, Piloto e Piloto-Comandante e participou em múltiplas missões operacionais.

Em Setembro de 1995 foi colocado no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA), como professor efectivo na área de Emprego de Forças. Em Fevereiro de 1999 assumiu a chefia dessa área de ensino.

Ainda em Setembro de 1999, foi no-

meado como Adido Aeronáutico junto da Embaixada de Portugal em Washington, nos Estados Unidos da América, cargo que desempenhou durante três anos.

Regressado a Portugal em Outubro de 2002, foi colocado no IAEFA, onde foi Director dos Cursos de Estado-Maior Conjunto, Geral de Guerra Aérea e Básico de Comando.

Em Outubro de 2005 assumiu as funções de Chefe da Divisão de Operações do Estado-Maior da Força Aérea.

Entre Outubro de 2007 e Outubro de 2008 foi o Comandante da Base Aérea N.º 5, em Monte Real de onde saiu para frequentar o Curso de Promoção a Oficial General no ano lectivo de 2008/2009.

Em Setembro 2009 foi colocado na Inspeção-Geral da Força Aérea (IGFA) como Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes.

Promovido ao posto de Major-Ge-



ral em Outubro de 2009, passou a desempenhar as funções de Subchefe do

Estado-Maior da Força Aérea e em 2010 foi nomeado Comandante da Zona Aérea dos Açores.

A 7 de Fevereiro de 2011 foi convidado a desempenhar as funções de Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o General Luís Araújo.

A 10 de Fevereiro de 2014, após ter regressado à Força Aérea, foi nomeado 2.º Comandante do Comando Logístico da Força Aérea.

Em Setembro de 2014 foi nomeado 2.º Comandante do Comando Aéreo, funções que desempenhou em acumulação com as de Comandante da Zona Aérea dos Açores.

Em 2 de Julho de 2015 foi promovido a Tenente-General e, em 15 de Julho, assumiu o cargo de Comandante Aéreo, função que desempenhava aquando da sua nomeação para CEMFA. ▲

TOMOU POSSE O NOVO PRESIDENTE DO IASFA

No passado dia 10 de Março, no salão nobre do MDN foi conferida posse ao Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias como Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, quatro meses depois da saída do anterior presidente.

O TGen Xavier Matias nasceu em Aveiro, em 1954. Iniciou a sua carreira militar em 1974, na Academia Militar, onde concluiu a licenciatura em Engenharia Eletrotécnica Militar (Telecomunicações e Electrónica), em 1979.



Ao longo da sua carreira desempenhou funções em várias unidades e comandos do Exército Português e na NATO. Foi Chefe da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado-Maior do Exército (2003-2004) e Comandante da Escola Prática de Transmissões (2004-2006).

Após promoção a Oficial General, em 2007, desempenhou funções de Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército. Foi Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação, do Comando das Forças Terrestres

(2010-2013). Foi promovido ao atual posto em 7 de Junho de 2013. Antes da nomeação para o IASFA exercia o cargo de Director do IESM, em Pedrouços, Lisboa.

Com esta nomeação, esperamos que o trabalho em sede de Conselho Consultivo do IASFA, conselho em que as APM's têm assento, seja mais efectivo no sentido da defesa do nosso instituto e no cumprimento da sua missão prioritária de acção social complementar no apoio aos militares e suas famílias. ▲

SESSÃO SOLENE DO 41º ANIVERSÁRIO DO CSA

Com a Sede Social cheia de associados e convidados, o Clube do Sargento da Armada (CSA), comemorou o seu 41º aniversário.

Presentes o Almirante CEMA, representantes da Assembleia e Câmara Municipal de Almada, da União das Juntas de Freguesia do Laranjeiro/Feijó, da Junta de Freguesia de Santa Maria

Maior, (embora tenham sido convidados não estiveram representantes da CM de Lisboa e da Junta de Freguesia de S. Vicente), da Associação das Colectividades de Lisboa, dos Clubes de Praças e de Oficiais da Armada, das Associações Socioprofissionais militares de Oficiais, Sargentos e Praças, da Associação Conquististas da Revolução, da Associação 25

de Abril, da Voz do Operário e muitos associados.

Após a abertura da sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, da entrega do diploma e emblema aos associados com mais de 25 anos de associado, foi dada posse ao novo Presidente da Direcção, Rui Nogueira, que nos disse que é para ele

uma grande honra, assumir aquelas funções e que tudo fará para merecer a confiança que nele depositaram.

Quase todos os convidados usaram da palavra para felicitarem o CSA pelo seu 41º aniversário, alguns oferecendo lembranças. Também se reflectiu sobre o momento difícil porque passa a Instituição Militar.

Sim, quando um Chefe de Estado-Maior diz publicamente, que se lhe continuarem a retirar mais homens o ramo que chefia desaparece, é porque a situação é mesmo grave.

E como todos os representantes dos Clubes e Associações, assim como os militares em geral, também vão tendo consciência dessa gravidade, começam a colocar-se as perguntas: só há os recursos para as missões internacionais? E para os nossos problemas internos continuam os recursos a diminuir? E ficou a questão!

Os Dirigentes do CSA sempre souberam resolver os problemas do seu Clube e irão continuar a bater-se com coragem e determinação para os continuar a resolver, mas não está no seu âmbito resolver os bloqueamentos nas carreiras, os problemas da degradação nos apoios sociais, onde assume importância o futuro do IASFA, os problemas da resposta ou falta dela no Hospital das Forças Armadas, etc.

A sessão terminou com a actuação dos Cavaquinhos da Casa do Povo de Corroios.

Por fim, partiu-se o Bolo e cantou-se os parabéns ao CSA e conviveu-se, como é apanágio dos marinheiros.

Viva o CSA, Obra Maior dos Sargentos da Armada!

Manuel Custódio ▲



TOMOU POSSE O NOVO COMANDANTE SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS!

Resultante da eleição do passado dia 24 de Janeiro, Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito Presidente da República e, por inerência constitucional, Comandante Supremo das Forças Armadas. No passado dia 9 de Março tomou posse do cargo, pondo fim ao mandato do anterior presidente que se pautou por uma década de desrespeito pela Constituição que jurou e por uma conduta que levou a que fosse o presidente que terminou o mandato com o mais baixo índice de popularidade.

Marcelo Rebelo de Sousa prestou juramento com a mão sobre a Constituição de 1976, perante milhões de portugueses. No seu discurso afirmou que irá ser “*guardião permanente e escrupuloso da Constituição*”, contudo, não deixou de referir que «*como toda a obra humana, o Texto*

Fundamental, não é intocável”.

Citou Mouzinho quando afirmou ser Portugal obra de soldados, recordou os jovens militares que protagonizaram a Revolução de 25 de Abril de 1974 e enalteceu o papel dos militares e das Forças Armadas que prestigiam Portugal. Esperamos que estas referências se materializem em atitudes de efectivo respeito pelos militares em todos os organismos legais e constitucionais que os representam, incluindo as associações profissionais de militares.

Como deputado da constituinte, que foi, como constitucionalista e professor de direito constitucional, esperamos que o seu desempenho não se fique pelas palavras proferidas no discurso de posse mas que se materialize em actos concretos, de modo a distanciar-se efectivamente da prática do seu predecessor. ▲



SARGENTOS COMEMORARAM O SEU DIA NACIONAL

Numa jornada de elevada consciência de classe, de grande demonstração de unidade, coesão e disciplina, e disponibilidade para lutar pelos seus direitos, os Sargentos de Portugal comemoraram o seu dia, o “**31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento**”.

Iniciativas e comemorações com a presença de dirigentes da Associação Nacional de Sargentos decorreram por todo o país durante mais de duas semanas.

Iniciaram-se a 21 de Janeiro no núcleo de Monte Real e Leiria prosseguindo a 28 de Janeiro no Porto, a 29 de Janeiro no Funchal, a 30 de Janeiro em Lisboa, a 31 de Janeiro nas Lajes/Terceira, Tavira, Abrantes e em Ponta Delgada/S. Miguel, a 1 de Fevereiro em Chaves, a 2 de Fevereiro em Estremoz e Sintra, a 3 de Fevereiro em Vendas Novas, no Entroncamento e em Lamego/

Vila Real, no dia 4 de Fevereiro em Viseu, Monchique e Beja, encerraram-se as comemorações no dia 5 de Fevereiro em Castelo Branco.

Estas iniciativas envolveram dezenas de dirigentes da ANS e dezenas de delegados, e tiveram a participação de mais de mil e duzentos Sargentos, nas várias situações de Activo, Reserva e Reforma, um encontro e partilha entre as várias gerações.

Importa igualmente assinalar que em muitas messes, clubes e refeitórios de diversas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos militares dos três ramos das Forças Armadas, milhares de Sargentos assinalaram o seu dia contando, em inúmeros casos, com a presença dos respectivos comandantes (oficiais gerais e oficiais superiores), numa prática cada vez mais comum, claramente demonstrativa do espírito de

coesão e disciplina cada vez mais evidenciado na comemoração do “**31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento**”!

Quando se assinalam os 125 anos da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, assume cada vez maior sentido o reconhecimento formal e institucional desta data como o “**Dia Nacional do Sargento**”.

Sabendo que foi entregue no passado dia 20 de Janeiro, na Assembleia da República, o Projecto de Resolução nº 100/XIII – 1ª, apresentado pelo grupo parlamentar do PCP, com o objectivo de “*consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e recomendar ao Governo que, em colaboração com as Forças Armadas Portuguesas e com as associações representativas dos Sargentos, promova em cada ano, iniciativas destinadas a assinalar essa data, salientando o seu significado histórico e enal-*

tecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados às Forças armadas e ao país”, acreditamos ser este o tempo histórico e o quadro propícios à sua aprovação, através da obtenção de um largo consenso entre os vários grupos parlamentares, como é desejável não só para este projecto de resolução mas como para todas as matérias do foro das Forças Armadas e da Defesa Nacional.

A unidade, coesão e disciplina demonstrados, a forte ligação aos valores da soberania e da independência nacionais, o desempenho de excelência nas missões para que são chamados, a par da postura com que milhares de Sargentos por todo o país e mesmo em missão no exterior participaram nos diversos eventos comemorativos, são razão fortemente elucidativa do seu merecimento. ▲

Vultos da Cultura e os Ideais do “31 de Janeiro”

Como já vem sendo habitual desde há alguns anos, também nestas comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” de 2016, a Direcção da ANS preparou um texto para ser lido em todos os locais onde decorreram iniciativas comemorativas.

O texto abria referindo que a República em que hoje vivemos, cuja Bandeira Nacional e Constituição nós, militares, jurámos, teve a sua primeira tentativa de implantação há cento e vinte e cinco anos atrás, acto histórico que também, hoje e aqui, assinalamos.

Depois de fazer resumidamente o enquadramento histórico dos eventos, o texto volta a recordar-nos que as baixas do 31 de Janeiro ficaram para sempre na memória da cidade do Porto e, por isso, todos os anos, os heróis do 31 de Janeiro são recordados no Cemitério do Prado do Repouso, como aqueles que lançaram as sementes para a construção de um país mais democrático, justo e progressista.

Durante muitos anos, já em pleno regime republicano, o Estado Novo proibia a comemoração pública desta efeméride. Contudo, apesar da proibição, sempre houve quem resistisse e, com maior ou menor visibilidade, assinalasse a Revolta do Porto.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, os Sargentos de Portugal entenderam passar a assinalar esta data, atribuindo-lhe a importância que merece e dando-lhe o significado de ser comemorada como o

“**31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento**”.

Quando estamos a preparar a comemoração do quadragésimo aniversário da Constituição da República que resultou da Revolução de 25 de Abril de 1974, assume particular importância relembrarmos um vulto das letras e da cultura portuguesa, cujas afirmações são de uma espantosa, se não mesmo preocupante actualidade. Pouco antes do 31 de Janeiro de 1891, quando já se fazia sentir a vergonhosa situação em que se encontrava o país pela desastrosa acção da coroa portuguesa, Antero de Quental proclamava: “*Portugal expia com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade de quarenta anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos, quarenta anos de paz profunda que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitar no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias*”.

Para este grande poeta - que após o fracasso do 31 de Janeiro regressa aos Açores, suicidando-se em Setembro de 1891 - o maior inimigo não era o povo inglês. Numa curiosa coincidência com os tempos que hoje vivemos, dizia Antero que o maior inimigo: “*Somos nós mesmo, e só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário. Declamar contra a Inglaterra é fácil: emendar os defeitos da nossa vida nacional será mais difícil (...) Portugal, ou se reformará, política, intelectual e*

moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro, do mais fundo do nosso ser colectivo: deve ser antes de tudo uma reforma dos sentimentos e dos costumes. Enganam-se os que julgam garantir o futuro e assegurar a nacionalidade com meios exteriores e materiais, com armamentos e alarde de força militar”.

Mais directo, mas também espantosamente actual, Guerra Junqueiro, outro grande poeta e militante da causa revolucionária, lança o desafio: “*A revolução impõe-se. Hoje, quem diz pátria, diz república. Não uma república doutrinária, estupidamente jacobina, mas uma república larga, franca, nacional, onde caibam todos*”.

O texto comum termina com um apelo, lembrando que hoje, conscientes das nossas obrigações de cidadania e tendo presente a janela de esperança que se abriu com a perspectiva de um tempo novo, resultante das eleições de 4 de Outubro passado, mas sobretudo fruto da luta que têm travado os cidadãos portugueses, universo em que se incluem os Sargentos de Portugal, devemos conjugar esforços, reforçar muralhas, guarnecer trincheiras para continuar a travar o combate pela dignificação da Condição Militar e pela defesa e cumprimento dos princípios e valores da Constituição da República Portuguesa, constituindo-se assim este combate a melhor homenagem ao superior exemplo dos Heróis do 31 de Janeiro. ▲

31 DE JANEIRO DIA NA

Cada vez mais, um pouco por todo o lado, se v



NACIONAL DO SARGENTO

vai comemorando o Dia Nacional do Sargento.



PORTO



P. DELGADA - S. MIGUEL - AÇORES



TAVIRA



UISEU



VENDAS NOVAS



FUNCHAL - MADEIRA



LEIRIA - MONTE REAL



CME - MONSANTO



LISBOA



UNAPCSM - LUMIAR



LISBOA CORO ALENTEJANO

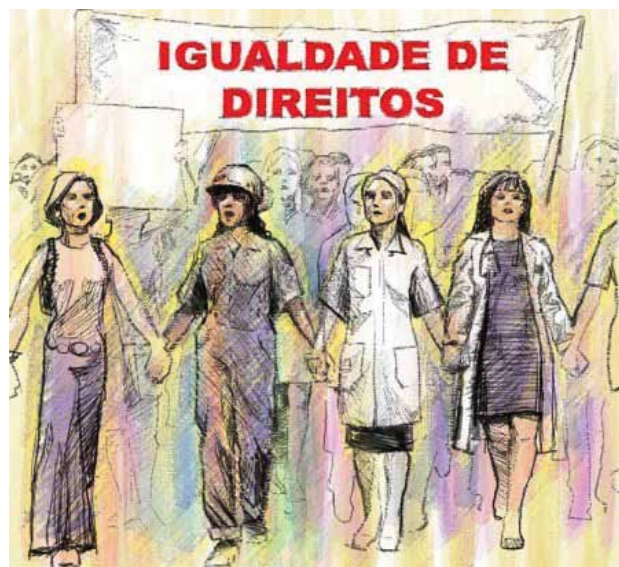
8 de Março Dia Internacional da Mulher

Assinalar o dia 8 de Março como o “Dia Internacional da Mulher”, muito mais do que reduzir a efeméride ao mero acto mercantilista e promotor de consumismo da oferta de uma qualquer flor ou prendinha, é reconhecer a luta travada pela Mulher no sentido da defesa e conquista dos seus direitos de igualdade. ▲

“A mulher não é só casa
mulher-loiça, mulher – cama
ela é também mulher-asa,
mulher-força, mulher-chama

E é preciso dizer
dessa antiga condição
a mulher soube trazer
a cabeça e o coração
Trouxe a fábrica ao seu lar
e ordenado à cozinha
e impôs a trabalhar
a razão que sempre tinha
Trabalho não só de parto
mas também de construção
para um filho crescer farto
para um filho crescer são
A posse vai-se acabar
no tempo da liberdade
o que importa é saber estar
juntos em pé de igualdade
Desde que as coisas se tornem
naquilo que a gente quer
é igual dizer meu homem
ou dizer minha mulher”

José Carlos Ary dos Santos



Nas Forças Armadas, também existe Cancro da Mama!

Infelizmente, tenho cada vez mais conhecimento de Camaradas nossas que estão a passar pelas mesmas dificuldades que eu própria passei, e continuo a passar, quando me foi diagnosticado Cancro da Mama.

O acesso ao aconselhamento e apoio especializado pode, e deve, fazer toda a diferença, quando as Mulheres/Homens se confrontam com o diagnóstico de Cancro da Mama. Quando a informação e as possíveis soluções apresentadas dentro da Instituição Militar, nomeadamente nos Centros de Saúde das Unidades e Hospital Militar, não são considerados suficientes, procuramos obter mais informações, nomeadamente por quem já passou por situações idênticas.

Como militar, existem muitas questões que nem sempre são devidamente esclarecidas, especialmente no que diz respeito ao regresso à vida profissional activa.

Podemos realizar todas as tarefas profissionais? Ficamos com algum grau de deficiência? Ficamos com limitações físicas? Podemos fazer os testes físicos sem limitações?

De facto, ficamos com algumas limitações físicas e, que nem sempre são compreendidas, pois quem nos vê, fica com a imagem de que somos saudáveis. Não é algo que se veja. Claro que depende de caso para caso. Na minha situação, fiquei limitada principalmente a nível do braço. Mas, curiosamente e oficialmente, não fiquei com qualquer tipo de limitação quando regresssei à vida profissional activa. A Junta Médica deu-me alta sem restrições. Grande parte dos profissionais de Saúde dentro

da Instituição Militar informaram-me que não posso fazer flexões para o resto da minha vida. No entanto, já houve quem me dissesse o contrário: “Se treinares consegues fazer! És militar! Tens que fazer flexões!”.

Perante estas dificuldades e questões, existe a necessidade da criação de um Grupo de Apoio nas Forças Armadas para encaminhamento e esclarecimento de vários aspectos da doença, tanto a nível pessoal como a nível profissional. Este deve ser composto por elementos que já sentiram na pele o Cancro da Mama e por profissionais de Saúde.

É necessária a consciencialização de que a doente deve ser respeitada na sua individualidade e autonomia, e que estes princípios devem ser considerados na relação doente/profissão/Instituição de Saúde, pressupondo equilíbrio interior e adaptação à realidade, enriquecendo a personalidade, em busca de uma melhor Qualidade de Vida.

O rastreio do Cancro da Mama é uma outra situação que fica um pouco posta de parte. Este deve ser feito a partir dos 35 anos, desde que a militar não tenha ante-

cedentes familiares.

Partir do princípio que não existem complicações por praticarmos desporto e efectuarmos exames médicos regularmente, é um erro.

Não, não queremos ser tratadas/os de forma diferente! Simplesmente queremos que respeitem uma doença crónica que também existe no seio das Forças Armadas!

Célia Machado ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do Artigo 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do Artigo 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 – 2.º, em Lisboa, no dia 12 de Abril de 2016, Terça-feira, pelas 18.00 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2015;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2016.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do Artigo 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 14 de Março de 2016

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão

AUDIÊNCIAS COM OS GRUPOS PARLAMENTARES

Decorreram já as audiências solicitadas aos Grupos Parlamentares, que resultaram da composição da Assembleia da República após as eleições de 4 de Outubro de 2015, a quem foram apresentados os documentos que suportam as propostas da ANS. Foram apresentadas vinte e uma propostas de alteração ao EMFAR, uma proposta de alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29AGO (Lei do direito de associação profissional dos militares), a proposta para o reconhecimento formal e oficial do 31 de Janeiro como “Dia Nacional do Sargento”, e foram ainda apresentadas propostas de alterações no âmbito da ADM, ASC e IASFA. Nas audiências concedidas à ANS (neste momento no âmbito parlamentar só falta resposta do deputado do PAN) houve oportunidade de dar ênfase às matérias que para os

Sargentos são, neste momento, das mais relevantes.

As audiências anteriormente referidas foram:

Com o Grupo Parlamentar do PCP (Deputado António Filipe e Assessor António Rodrigues), 9 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas, integraram a delegação da ANS: José Gonçalves - Presidente da Direcção - Força Aérea; António Taveira - Vice-presidente - Armada; Carlos Colaço - Vice-presidente - Exército e Arlindo Almeida - Vogal - Armada.

Com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, (Deputado João Rebelo), dia 16 de dezembro de 2015, pelas 18H00, integraram a delegação da ANS: José Gonçalves - Força Aérea; António Taveira Armada; Carlos Colaço - Exército e Guido Sá - Vogal - Exército.

Com o Grupo Parlamentar do PSD, (Deputado Sérgio Azevedo e Assessor Fernando Corvelo), dia 17 de

Dezembro 2015, pelas 11H00, integraram a delegação da ANS: José Gonçalves - Força Aérea; António Taveira Armada; Carlos Colaço - Exército e Rogério Graça - Vogal - Armada.

Com o Grupo Parlamentar do BE, (Deputado João Vasconcelos), dia 18 de Dezembro 2015, pelas 14H30 e com o Grupo Parlamentar do PEV, (Assessor Joaquim Ferreira), no mesmo dia mas pelas 15:30, integraram a delegação da ANS: José Gonçalves - Força Aérea; António Taveira - Armada; Carlos Colaço - Exército e Valter Cláudio - Vogal - Exército.

Com o Grupo Parlamentar do PS, (Deputados Diogo Leão e Idália Serrão), 1 de Março de 2016, pelas 11:30 horas, integraram a delegação da ANS: José Gonçalves - Força Aérea; António Taveira Armada e Carlos Colaço - Exército. ▲



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 100/XIII-1ª

Consagra o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento

Em 31 de Janeiro comemora-se o aniversário da histórica revolta republicana que eclodiu na cidade do Porto no ano de 1891.

Apesar de ter fracassado, esse movimento inseriu-se numa ampla onda de indignação social que varreu o país em protesto pela capitulação do governo monárquico perante as exigências do *ultimatum* inglês e representou a primeira expressão revolucionária do movimento republicano que sairia vitorioso quase duas décadas mais tarde, em 5 de Outubro de 1910.

O 31 de Janeiro de 1891 foi um movimento eminentemente popular que, segundo o historiador Joel Serrão “foi efetivada por sargentos e cabos e enquadrada e apoiada pelo povo anónimo das ruas e foi hostilizada ou minimizada pelos oficiais, pela alta burguesia e até pela maior parte da inteligência portuguesa.”

Os sargentos tiveram uma importância determinante na revolta de 31 de Janeiro. Entre os 22 condenados em conselho de guerra, 14 eram sargentos. Os sargentos Abílio, Galho e Rocha, ocupam um lugar de destaque entre os heróis da revolta republicana do Porto. Daí que para os sargentos portugueses, o 31 de Janeiro seja uma data com especial significado.

Desde há vários anos, especialmente desde as comemorações do centenário do 31 de Janeiro que foi assinalado com uma sessão solene do Plenário da Assembleia da República em 1991, que a Associação Nacional de Sargentos tem vindo a apelar à Assembleia da República para que delibere consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento.

O PCP entende que a consagração desse Dia Nacional tem inteiro cabimento. Os sargentos de Portugal desempenham um papel muito relevante no funcionamento das Forças Armadas e cumprem o seu dever para com o país com honra e com um empenho que é justo reconhecer.



2

A dignificação do estatuto dos sargentos, justamente exigida por estes, não se obtém meramente através de iniciativas simbólicas como a que presentemente se propõe. No entanto, a criação de um Dia Nacional do Sargento, para além de exprimir o reconhecimento do Estado Português em relação ao labor destes cidadãos militares, representa também uma oportunidade para que, em cada ano, seja consagrada uma data especialmente dedicada à reflexão e ao debate sobre a condição dos sargentos e a sua dignificação.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP propõem que a Assembleia da República adote a seguinte resolução:

Resolução

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, consagrar o dia **31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e recomendar ao Governo que, em colaboração com as Forças Armadas Portuguesas e com as associações representativas dos Sargentos, promova em cada ano, iniciativas destinadas a assinalar essa data, salientando o seu significado histórico e enaltecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados às Forças Armadas e ao país.**

Assembleia da República, 20 de Janeiro de 2016

Os Deputados,

JORGE MACHADO; ANTÓNIO FILIPE; JOÃO OLIVEIRA; JOÃO RAMOS; CARLA CRUZ; PAULA SANTOS; MIGUEL TIAGO; BRUNO DIAS; RITA RATO; DIANA FERREIRA; ANA MESQUITA; ANA VIRGÍNIA PEREIRA

O 31 de Janeiro na “Corrida do Fim da Europa”

Cada vez mais, um pouco por todo o lado, quer seja dentro de Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos militares, quer seja fora deles, se vai comemorando o Dia Nacional do Sargento.

No passado dia 30 de Janeiro de 2016, e à semelhança do que já havia acontecido no ano anterior, um bravo Sargento do Exército Português, fez a “Corrida

do Fim da Europa” de Cascais ao Cabo da Roca, envergando uma “T-shirt” alusiva ao acto dos heróis do 31 de Janeiro.

Bem hajas, Camarada Sargento, pela tua iniciativa. Viva o 31 de Janeiro!

VIVA O DIA NACIONAL DO SARGENTO!

Carlos Colaço ▲



Liberdade, incerteza, tecnologia, comunicação

Os desafios emergentes, pela sua diversidade e imprevisibilidade afetam indiscutivelmente as sociedades e particularmente as democracias. As ameaças à paz mundial, por exemplo, são particularmente sentidas nas sociedades democráticas, porque a liberdade de expressão presume estabilidade política e esta convive mal com ditaduras ou resgates autocráticos. “*Mais do que inimigos, os países enfrentam riscos e perigos, uma transformação profunda da sua própria natureza*” (Giddens, 2006:28). Estes riscos incluem incerteza e instabilidade na área Euro-Atlântica e em seu redor e a possibilidade de crises regionais na periferia da Aliança Atlântica, podendo ambas desenvolver-se rapidamente.

“*O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras. Só tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado*” (Giddens, 2006:33). Rivalidades religiosas, políticas e étnicas, disputas territoriais, disputas sobre recursos vitais, esforços de reforma inadequados ou falhados, o abuso de direitos humanos e a dissolução de estados levarão a instabilidade local e regional. As tensões resultantes poderão criar um largo espectro de consequências, desde a necessidade de providenciar assistência humanitária até ao conflito armado. Podem também afetar a segurança de países vizinhos, incluindo membros da NATO e afetar a segurança de outros Estados.

Torna-se imprescindível conhecer que ameaças relevantes podem afetar a nossa condição de liberdade, porque com a sua identificação potencia-se a (nossa) capacidade de enfrentamento e a mitigação dos efeitos. Isto é, a realidade contemporânea requer uma gestão preventiva e proactiva da estratégia de Defesa de cada país, estratégia que conduz à potencial eliminação do erro e dos respetivos efeitos colaterais. Com efeito, estes fenómenos de desestabilização da ordem democrática e da vida dos povos livres não podem ser compreendidos em termos da sua lógica e das suas consequências sobre o ambiente nacional, regional ou global, sem a ponderação das suas dinâmicas sociais.

Os portugueses, tendo conseguido recuperar a sua liberdade há cerca de 40 anos, percebem bem o significado e a importância de garantir, apesar das extremas dificuldades existentes, que o seu destino só por eles pode ser decidido. Portugal tem vivido ao longo das últimas quatro décadas etapas diversas da construção da democracia. Passámos de um cenário em que o país estava fechado ao mundo a outro cenário, atual, em que a abertura é global. Mas esta transição culmina, atualmente, num quotidiano de incerteza(s). Abandonámos uma realidade dominada por fronteiras de vária índole (desde

logo, geográfica), em favor da ausência de fronteiras. A permissividade e a exposição do País são ímpares em termos históricos. A atualidade torna a soberania um ativo de elevado valor mas que exige cuidados redobrados. O quadro representado no tempo presente permite constatar a projeção global dos interesses nacionais mas em contrapartida, deixa o país permeável a toda a gama de interesses exógenos.

As sociedades atuais conhecem (e experimentam) processos de mudança social muito intensos e de elevado efeito transformador, designadamente para as suas instituições sociais, políticas e democráticas. Talvez o fenómeno da globalização seja aquele de que todos nós nos lembramos quando pensamos nessas mudanças tão impressionantes e massivas.

Nas sociedades atuais há uma forte dependência de uma contínua comunicação que permite a interação pessoal, mesmo quando em situações de separação longínqua, o que não acontecia num passado relativamente recente.

Sabemos que a expansão global das telecomunicações transformou as relações espaço-temporais. O desenvolvimento tecnológico, designadamente, no campo das tecnologias de informação e comunicação anda a par com a crescente importância da comunicação social.

A tecnologia possibilita a eliminação da distância e promove relações entre “outros” ausentes, dispensando a interação face-a-face. A descontextualização caracteriza, emblematicamente, a separação espaço-temporal inerente à atualidade e é outra fonte de dinamismo da modernidade. Trata-se da “desinserção” das relações sociais do seu contexto espaço-temporal imediato e próprio e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço e de tempo.

Entendemos que os meios de comunicação social têm uma relevância iniludível na vida quotidiana, dado que proporcionam serviços de informação necessários e oferecem possibilidades de melhoria de conhecimentos ou entretenimento. No entanto, os meios de comunicação tendem a refletir as concepções dos grupos dominantes na sociedade. Esta situação não ocorre por via da eventual censura política direta mas, principalmente, devido a quem possui os meios em causa e os interesses que representam.

Contemporaneamente, todas as crises ocorrem sob os holofotes dos *media*. A manutenção da compreensão e apoio da opinião pública é crucial para os governos democráticos, e isto influencia as decisões que podem tomar, incluindo a ação militar e a apresentação das respetivas opções a diferentes audiências. De forma a ganhar e manter o apoio público, os governos nacionais e as organizações internacionais necessitam mostrar um grau de transparência nas suas ações, e estas ações de-

vem ser de acordo com a lei internacional. A influência dos *media* aumentou em função do acesso a meios de comunicação regionais e internacionais. Isto foi provocado por tecnologias como a difusão por satélite e a ligação global via *Internet*. Adicionalmente, a disponibilidade de equipamento de impressão e cópia relativamente barato levou jornais e outro material impresso a uma audiência muito mais vasta.

A consciência da importância da informação e as percepções ganhas na análise de informação recolhida e observações pessoais são há muito parte integrante da existência humana. Aqueles com capacidade para recolher, compreender, controlar e utilizar informação obtiveram e obtêm uma vantagem substancial. A capacidade de gerir e empregar informação sustenta atividades diplomáticas, militares, económicas, entre outras. Do nível estratégico ao tático e transversalmente ao âmbito político ou militar, a metainformação tem um papel vital na forma como as decisões são tomadas e as opiniões construídas.

Aliada ao papel da tecnologia no aumento do acesso aos *media*, existe uma dependência sempre crescente de tecnologia da informação. A sociedade está impregnada de sistemas de computadores; estes formam também o núcleo da maioria dos sistemas militares, especialmente sistemas de comunicações e *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR). Esta confiança crescente em tecnologia computadorizada introduz novas oportunidades que podem ser exploradas e novas vulnerabilidades que devem ser abordadas. Acrescentamos ainda que a tecnologia facultou novos meios de acesso direto a informação via *Internet*. Essa informação é absorvida sem que necessariamente se conheça a sua validade e origem e, em alguns casos, é-lhe atribuído um crédito considerável e isto é particularmente verdade nas sociedades sem uma imprensa livre. Por outro lado, a *Internet* é usada para difundir ou fazer circular informação e opiniões, incluindo rumores, a uma velocidade inconcebível há alguns anos antes.

Face às contingências associadas à realidade presente é reconfortante constatar que as sociedades não são entidades passivas, não existem em função de automatismos, não são depositárias de determinismos. Os cidadãos e as instituições democráticas, apesar de múltiplos constrangimentos, atuam ativamente na definição da vida coletiva e individual. O futuro não está desenhado. O futuro é construção permanente e constante.

Referência bibliográfica: GIDDENS, Anthony (2006), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença

SMOR Dinis Fonseca

Investigador Doutorado Colaborador ▲

EUROMIL – Mesa Redonda com Associações do Sul da Europa

Decorreu em Bruxelas, no dia 20 de Janeiro de 2016, uma reunião entre os elementos da Direcção da EUROMIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares) e delegados das Associações Profissionais de Militares de países da região sul da Europa, denominados nesta organização como Fórum Mediterrânico, do qual estiveram presentes associações representativas de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Chipre. A ANS fez-se representar pelo Vogal da Direcção, Rogério Graça. Esteve também presente o director do jornal “O Sargento”, António Lima Coelho, convidado a participar nesta reunião, não como delegado da ANS, mas sim pela experiência e importância que, com o seu contributo, viria a fortalecer o objectivo deste encontro no apoio aos membros da Direcção da EUROMIL.

A reunião teve como principal objectivo identificar uma posição conjunta sobre o futuro do funcionamento e optimização de esforços comuns tal como proporcionar uma discussão aberta e construtiva, partilhar experiências e trocar pontos de vista diferentes. De entre o que todos podem desenvolver em conjunto, as dificuldades comuns tais como as diferenças, foram unânimes os diversos delegados nas suas intervenções, serem estes os



pontos-chave a identificar. O facto de não ser respeitado e reconhecido o direito ao associativismo militar socioprofissional foi apontado como sendo a principal dificuldade encontrada pelas associações constituintes do Fórum Mediterrânico. Os membros da Direcção da EUROMIL solicitaram aos presentes sugestões no sentido de melhorar a sua colaboração para ir ao encontro de soluções conjuntas eficazes. Como recomendações, esta organização propôs que não seja criado um nível de ambição muito

alto, mas sim, que seja apontado um objectivo exequível, desenvolvendo-o e expondo desde logo de que forma este possa ser apoiado pela EUROMIL.

O Artigo 14º dos estatutos da EUROMIL, que diz respeito às regras de procedimento para a criação das “Regiões”, foi o tema abordado na parte final da reunião, período onde os delegados das diversas associações puderam ficar mais familiarizados com os procedimentos, objectivos e princípios adoptados.

Ao longo do dia e dos profícuos trabalhos, ficou uma vez mais bem evidente a enorme desigualdade entre as realidades sociais, assistenciais, económicas e profissionais existentes por toda a Europa, com pendor claramente negativo para os países do Sul da Europa, com particular incidência na dificuldade, se não mesmo inexistência, do respeito a direitos fundamentais de representação e participação na vida activa das respectivas sociedades.

Justifica-se o esforço e reforçou-se a noção da importância de integrar e participar activamente numa organização com as características da EUROMIL, particularmente no quadro conturbado que se vive por toda a Europa.

Rogério Graça ▲

MILITARES DE PROVÍNCIA

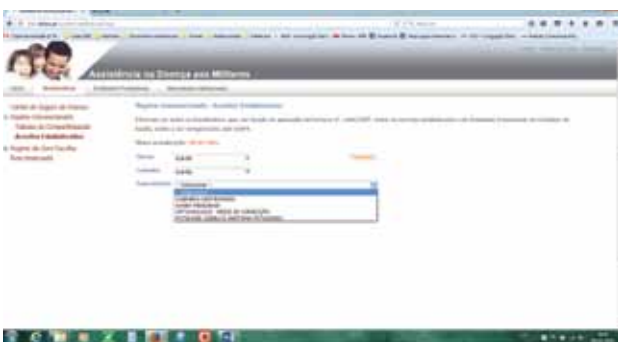
ADM. Acordos. Regime convencionalizado.

Desde a sua génese, lá pelos idos de 2005, a transformação verificada na Assistência na Doença aos Militares (ADM) serviu também, e muito, para degradar as condições de vida dos Sargentos e das suas famílias. A ANS, que sempre exigiu, exige e exigirá o cumprimento pleno da Lei n.º 11/89 de 1 de Junho, *Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar*, opôs-se a essa transformação mal ela começou. Uma das maiores iniquidades causadas por essa transformação prende-se com o facto de, para além do incumprimento da Lei por parte da tutela, o que já de si é grave, os militares agora pagam, ilegalmente, mas por piores serviços!

As consequências desta incontroversa fraude tornam-se ainda mais penalizadoras quando se considera a implantação, desigual e desequilibrada, no território nacional dos acordos estabelecidos com os prestadores de cuidados de saúde, como agora se diz, ao abrigo do regime convencionalizado. Ou seja, para um militar e sua família, morar em Lisboa significa pagar, mas ter quase tudo; para o militar de Évora, por exemplo, significa pagar na mesma, tendo contudo de efectuar deslocações de dezenas ou centenas de quilómetros para encontrar uma consulta de especialidade ou um exame mais complexo: na sua região há poucas *empresas* com acordos estabelecidos. A situação nas Regiões Autónomas pode chegar a ser dramática.

Esta foi uma das queixas mais referidas pelos milhares de camaradas na jornada/celebração do Dia Nacional do Sargento. ‘Não há clínicas com acordo.’, ‘Temos de fazer cem quilómetros para ir ao dentista.’, ‘Só fazem RX e pouco mais.’, ‘Pagamos 3,5% e temos de ir ao Porto.’, etc. Quase poderia dizer-se, *diz-me onde moras, dir-te-ei que doenças podes ter!* E têm mais que razão estes camaradas. Uma consulta ao site da ADM^{1*} (<http://adm.defesa.pt/acordos-estabelecidos.aspx>) permite concluir facilmente que morar longe dos grandes centros urbanos, para os militares, é *morar na província*, conceito retirado da organização administrativa do território, mas não da realidade social do cidadão militar. E os dados são de 06 de Julho de 2011! Actualizadíssimos, portanto. A situação terá piorado nos últimos anos.

Ora esta é uma das razões para os camaradas encararem, compreensivelmente, a possibilidade de fazer seguros de saúde que substituam a ADM. Pretendem mesmo que a adesão à ADM seja voluntária e opcional, pois tendo o militar residência no interior do país, terá uma melhor assistência na doença. Talvez tenha sido essa a intenção das políticas levadas a cabo na última década nesta área da



(Endnotes) 1* Consultado em 06 de Março de 2016, 17:15.

Saúde Militar. Tal como em todas as áreas sociais, deteriora-se a função social do estado, empurrando os cidadãos para os privados, por terem melhor assistência, e em seguida extingue-se a função, com aplausos dos prejudicados (e enganados). Os militares vivem esta realidade sem opção. É por isso mesmo que alguns contestam a falta de opção. Aceita-se. No entanto, um olhar mais profundo, mostra que a contestação deve ser conduzida é contra a realidade que discrimina um militar em função do seu local de residência. As razões de haver poucos acordos estabelecidos fora dos grandes centros prendem-se muito com a lógica mercantilista que tem corrompido o país e prejudica especialmente os que *vivem longe*. A falta de recursos humanos e materiais com a qual se debate o ISAF, instituição que foi empurrada para a gestão da ADM, provoca constrangimentos na gestão dos acordos, com a consequente *falta de competitividade* para realizar novos, negociar contrapartidas, etc. Urge lutar contra esta lógica, urge acabar com ela. A Saúde não pode ser apenas um negócio!

Que a ADM esteja realmente ao serviço dos militares e das suas famílias tem sido uma bandeira da ANS. Os casos apresentados aos responsáveis como exemplo do que está precisamente em sentido contrário são evidentes. Este – os militares, e nalguns casos os cônjuges ou unidos de facto, descontarem e não terem na área de residência serviços de saúde com acordo – é apenas mais um, gritante, mas infelizmente apenas mais um. O protesto e indignação dos camaradas, ouvidos ao longo de duas dezenas de localidades do país, durante duas semanas, engrossaram a luta necessária para fazer reverter este processo de degradação da ADM. Com a ANS, unidos em torno duma associação insubmissa, independente e representativa dos Sargentos, a luta continuará, também para que deixe de haver *militares da província*.

Luís Bugalhão ▲

CARTAS DOS LEITORES

Exmº Sr. Ministro da Defesa de Portugal,

José Carlos Miranda Lucas, TCOR / TODCI / 045190-J, na situação de Reforma, vem expor a V. Exª uma situação grave, constatada nas Caldas da Rainha, bem como relativamente ao caos que grassa no site da ADM:

1 - A minha esposa necessitando de efectuar fisioterapia (prática comum e habitual nos cidadãos a partir de certa idade), consultou o site da ADM. Neste, constam 2 clínicas. Contactando as mesmas, verifica-se que já não existem. Conclusão: Caldas da Rainha, uma cidade com uma grande quantidade de militares residentes, dos 3 Ramos das FFAA, não dispõe de uma entidade com protocolo, o que configura grave injustiça perante outros camaradas de outras localidades que possuem várias oportunidades inclusive, de escolha.

2 - Telefonei para o respectivo serviço da ADM, e fui atendido por uma gentil senhora, que me informou que, de facto, o site está desactualizado, mas que está ali sozinha, antigamente ainda tinham lá um Sargento, mas pedia por favor que tivesse paciência...!!! O mais grave é que a Srª desconhecia que a clínica que consta da lista da ADM já encerrou há bastante tempo, e a única forma de actualizarem é nós, os utentes irmos informando...!!!

3 - O mesmo se passa na área da ortodontia, onde pertencer à ADM é quase sinal de algo pestilencial, do qual fogem como o diabo da cruz. A informação, nesta área, também se encontra desactualizada, como certamente noutras, que felizmente ainda não precisei.

4 - Realço junto de V. Exª o facto de, desde o aumento dos descontos para a ADM, o apoio aos doentes militares ter piorado de forma alarmante, bem como o «sentir» que os clientes da ADM não são bem-vindos, quando, outrora, eram preferidos. Na certeza de que V. Exª na qualidade de tutela, no exercício dos respectivos deveres, tudo fará para que rapidamente esta situação de profunda assimetria de oportunidades entre camaradas que serviram e servem a mesma Pátria, se altere ou pelo menos, que haja em cada cidade uma entidade protocolada nas áreas consideradas mais prementes. Sem outro assunto, respeitosamente,

José Carlos Miranda Lucas
Contribuinte acima das suas possibilidades
nº 156268086 ▲

ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Conforme prevíamos e referimos na última edição do nosso jornal, o final de 2015 e o início de 2016 caracterizaram-se por uma intensa e elevada actividade associativa, com várias frentes e em diversas vertentes. Desde reuniões entre as APM's, em conjunto ou separadamente, reuniões de trabalho com diversas candidaturas à Presidência da República, audiências com os grupos parlamentares resultantes das eleições de 4 de Outubro para apresentação de preocupações sobre diversas questões ligadas ao IASFA e à ADM, ao incumprimento das leis em vigor e particularmente de propostas concretas no sentido de alterar o EMFAR, travar ou reverter algumas das suas questões mais prejudiciais para os militares, em particular para os militares Sargentos, até às comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento", e ainda muitas outras iniciativas próprias de uma associação como a ANS.

Desta intensa actividade apresentamos aqui um resumo que pode ajudar a perceber o quanto é importante apoiar aqueles que continuam a lutar na defesa dos direitos e condições de vida e trabalho dos militares Sargentos e suas famílias em particular, e dos militares e demais cidadãos em geral.

09DEZ – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e A.Almeida;

10DEZ – Homenagem ao CAIm Victor Crespo, no Museu da Marinha. ANS representada por L.Bugalhão;

14DEZ – Reunião no Clube de Praças da Armada e posteriormente na Câmara Municipal de Almada da comissão para as comemorações do 25 de Abril. ANS representada por J.Pereira, L.Coelho e A.Martins;

16DEZ – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS/PP. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e R.Graça;

17DEZ – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e G.Sá;

17DEZ – Seminário sobre o IASFA, promovido pela AOFA, no CAS-Oeiras. ANS representada por J.Gonçalves, C.Colaço e L.Coelho;

18DEZ – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e V.Cláudio;

18DEZ – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e V.Cláudio;

02JAN – Reunião na sede da ANS, com a candidatura de Marisa Matias. ANS representada por A.Taveira e L.Coelho;

05JAN – Reunião na sede da ANS, com a candidatura de Cândido Ferreira. ANS representada por J.Gonçalves, L.Coelho e A.Martins;

06JAN – Debate nas instalações do CAS-Lisboa, com a candidatura de Paulo Morais. ANS representada por L.Coelho;

06JAN – Reunião Mensal Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na Sede Social;

07 e 08JAN – Quartas Conferências na Fundação Calouste Gulbenkian. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

12JAN – Reunião da CPR-ARM na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó;

13JAN – Reunião da CPR-FAP na Sede Social da ANS;

14JAN – Reunião da CPR-EXE na Sede Social da ANS;

20JAN – Mesa Redonda com associações do Sul da Europa, promovida pela EUROMIL em Bruxelas. ANS representada por R.Graça. L.Coelho presente a convite da EUROMIL;

21JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Leiria/Monte Real. ANS representada por P.Contreiras, A.Taveira, C.Colaço e J.Gomes;

28JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" no Porto. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, V.Geitoeira, F.Silva, J.Torres, e J.Vieira;

29JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Évora. ANS representada

por J.Gonçalves e A.Martins;

29JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" no Funchal. ANS representada por J.Mendes e L.Coelho;

30JAN – Cerimónias centrais comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Lisboa. ANS representada por todo o colectivo;

31JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" nas Lajes, Terceira. ANS representada por J.Gonçalves, C.Colaço e S.Ceitel;

31JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Tavira. ANS representada por A.Taveira e A.Martins;

31JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Ponta Delgada, S. Miguel. ANS representada por J.Gonçalves e C.Colaço;

31JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Ponta Delgada, S. Miguel. ANS representada por J.Gonçalves e C.Colaço;

31JAN – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Abrantes;

01FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Chaves. ANS representada por G.Sá e L.Coelho;

02FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Estremoz. ANS representada por J.Gonçalves e A.Martins;

02FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Sintra, no Clube de Sargentos da Base Aérea nº 1. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e L.Coelho;

03FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Vendas Novas. ANS representada por R.Graça e L.Coelho;

03FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" no Entroncamento. ANS representada por J.Pereira, V.Geitoeira e M.Pereira;

03FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Lamego/Vila Real. ANS representada por R.Graça e L.Coelho;

04FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Beja. ANS representada por C.Colaço e L.Bugalhão;

04FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Viseu. ANS representada por G.Sá, R.Lopes e L.Coelho;

04FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Foia/Monchique. ANS representada por A.Taveira e N.Mateus;

05FEV – Cerimónias comemorativas do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Castelo Branco. ANS representada por J.Gonçalves e A.Martins;

08FEV – Reunião de Secretariado na Sede Social da ANS;

10FEV – Reunião Mensal Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na Sede Social;

13FEV – II Jornadas Associativas Militares, organizadas pela AOFA, no Hotel Mundial, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço, J.Pereira, R.Graça e L.Coelho;

16FEV – Reunião de Secretariado na Sede Social da ANS;

17FEV – Reunião da Comissão Executiva das Comemorações do 10 de Junho, na Bateria da Lage, em Oeiras. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

22FEV – Cerimónia do 41º Aniversário do CSA, na sede social, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e R.Graça;

26 e 27FEV – XIII Congresso da CGTP, no Pavilhão dos Desportos de Almada, no Feijó. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço, J.Pereira e R.Graça;

01MAR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PS. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira e C.Colaço;

02MAR – Reunião Mensal Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na Sede Social.

À hora do fecho desta edição do nosso jornal, estão em fase de marcação as reuniões das CPR de cada ramo e estão em preparação reuniões e rondas pelos diversos núcleos a nível nacional para continuar os trabalhos pois **"O EMFAR não é um assunto encerrado!"**.

Entretanto estão já em curso os trabalhos de uma comissão para a organização do almoço comemorativo do 42º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Estão igualmente em preparação iniciativas para assinalar o 40º aniversário da CRP e o 25º aniversário do jornal "O Sargento".

Na próxima edição do nosso jornal daremos conhecimento do desenvolvimento de muitas destas actividades. ▲

EXCLUÍDOS DA PROMOÇÃO; EQUIDADE E JUSTIÇA EXIGEM SOLUÇÃO!

O Artigo 185º do EMFAR determina que fica excluído da promoção por escolha o militar que não seja promovido ao posto imediato e tenha sido ultrapassado por um ou mais militares de menor antiguidade, do mesmo posto e quadro especial, nos seguintes períodos: alínea c) Três anos, seguidos ou interpolados, no caso de Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel e **Sargento-Chefe**; e alínea d) Quatro anos, seguidos ou interpolados, no caso de Capitão-Tenente ou Major, Primeiro-Tenente ou Capitão, **Sargento-Ajudante**, **Primeiro-Sargento** e Cabo.

Esta medida, de acordo com o nº 2 do Artigo 155º e no nº 2 do Artigo 158º do EMFAR, implica a passagem compulsiva para a situação de Reserva independentemente do tempo de serviço prestado e do mérito dos militares atingidos.

A ANS desde sempre foi contra tal medida, tendo-a levado à discussão, por variadíssimas vezes, com as tutelas política e militar. Os autores da medida sempre a defenderam com a justificação de que, com ela, se pretendia promover os camaradas com maior mérito e assim poderem ser promovidos os melhores. Para a ANS, se era esse o objectivo, então estávamos perante

uma medida legislativa que nem sempre o faria, podendo mesmo proporcionar precisamente o contrário.

Infelizmente, a vida veio dar-nos razão! As primeiras situações de exclusão na promoção vieram a materializar-se nesta década, abrangendo mais de duas dezenas de camaradas Sargentos, alguns deles com médias de avaliação superiores a 4.20, com louvores de altas patentes e até agraciados com medalhas e condecorações.

Por acção do anormal número de passagens à situação de Reserva ocorridos nestes últimos anos, por motivo da enorme instabilidade legislativa, sobretudo na regulamentação das passagens às situações de Reserva e Reforma, ocorreram também um anormal número de vagas e as correspondentes promoções, dando lugar ao que sempre prevíamos e alertámos – a promoção de militares cujo mérito não era superior a grande parte dos que anteriormente se viram excluídos.

A injustiça ocorreu, a equidade ficou ferida, e com ela os princípios. A coesão e disciplina das Forças Armadas impõem a tomada de acções legislativas que corrijam os seus nefastos efeitos.

Álvaro Martins ▲

Protocolos ANS

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro
Telefone/Fax: 289828104; TM: 927549339
E-mail:info@omeumedico.pt;site: www.omeumedico.pt
Consultas de:
Dermatologia_70€ Endocrinologia_90€
Nefrologia_70€ Pneumologia_70€
Hipertensão_70€ Ortopedia_70€
Urologia_70€ Psicologia_60€
Imuno-Alergologia_70€ Cons. subsequente_40€
Pediatria_70€ Terapia da Fala_50€
Neurologia_70€ Cons. subsequente_30€
Cons. subsequente_60€ Nutrição_50€
Reumatologia_70€ Cons. subsequente_40€
Hematologia_70€ Medicina Geral_40€
Pretendemos ser um espaço de saúde inovador, com atendimento personalizado, acessível, conveniente e adequado às necessidades de saúde na nossa cidade e região. Temos horário alargado das 9-21 horas de segunda a sexta-feira e estamos situados na rua da PSP nº 36, em frente à entrada do Jardim da Alameda João de Deus, em Faro. Na zona existe facilidade de estacionamento.
30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, mediante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares.
Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos de sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.
Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos
Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.
Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticalmalveira.com
Tel./Fax: 219 660 377 Tm: 968 634 959
E-mail: idealopticalmalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.
Consultas:
- Optometria grátis (mediante marcação);
- Contactologia grátis (oferta 1º par);
- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);
- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
Tel. 218038023 Fax. 218121759
eusilpharma@gmail.com
Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50 euros, para associados e familiares.
Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.
(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes.

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6ºDto.
1250-195 LISBOA
Jorge Fonseca – 961355424- 213513890
jorge.fonseca@ema-partners.com
www.ema-partners.com
A presente proposta de Career Coach tem por objetivo assessorar em condições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS), seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Estrangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus timings de JOB SEARCH. (Consultar www.ans.pt).

Águas do Gerês

- Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253391113/253390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis

Escapes

■ENTOESCAPES,LDA

Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (gaveto)
2330-141 Entroncamento

Videoclube

■CINETEKA.COM

Parque das Nações, Av. do Mar
diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1950-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■HALIOTIS

Av. Monsenhor Manuel Bastos,
Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■LUBIDENTE

Rua Professor Noronha Feio,
12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,

Clínica VIDAMED

Largo Filinto Elísio 2B
2805-141 Cova da Piedade, Almada
Telefone – 210889704/5 Telemóvel – 936547199
www.vidamed.pt - geral@vidamed.pt
Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para consultas de especialidade/serviços.
Especialidade 1ª consulta Seguintes
Acupuntura 25€
Clínica Geral 30€ 25€
Dermatologia 40€ 35€
Endocrinologia 40€ 35€
Fisiatria 40€ 35€
Fisioterapia 20€
Ginecologia 60€ 56€
Imunoalergologia 40€ 35€
Medicina Estética 20€
Medicina Interna 40€ 35€
Musicoterapia 30€ 25€
Nutrição 30€ 25€
Ortopedia 40€ 35€
Pediatria 40€ 35€
Pedopsiquiatria 40€ 35€
Psicologia Clínica 30€ 25€
Psicoterapia Grupo 40€ mensalidade
Psicologia infantil 30€ 25€
Psiquiatria 40€ 35€
Reumatologia 40€ 35€
Terapia da Fala 20€ 15€

Paiva Raposo & Martins Pisco

Imagiologia
R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v
(Largo da J.F.)
2675-277 ODIVELAS
Telefone – 213474328 – 213461916
geral@prmp.pt
Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de desconto sobre o preço particular.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ
1495-241 ALGÉS
Telefone – 808252000
www.homeinstead.com.pt
Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais; 10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Dentinhos e Dentes – Medicina Dentária, Lda.

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de sócio, a usufruir das seguintes vantagens:
1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não inclui tratamentos, prescrição ou radiografias]
2- Orçamentos e Planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estudos no âmbito das especialidades]
3- Aplicação de fluor ou jacto de bicarbonato gratuitos [Nota: quando realizado em simultâneo com a destartarização]
4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;
5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;
6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;
7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas [endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia, etc.]
8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Implantologia e Prótese]
9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pagamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas]
A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vantagens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:

a) Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:

Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A
3050-083, Barcouço, Mealhada
Telefone. 239 913 169
Telemóvel: 969 508 327

E-mail: barcouco@dentinhs.pt

b) Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:

Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 R/c
3060-094, Cadima, Cantanhede
Telefone: 231 422 028
Telemóvel: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhs.pt

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à ANS com alargamento ao seu agregado familiar.
Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário. (Consultar www.ans.pt).

Porto Salus Residências Assistidas

Herdade de Negreiros
Brejos de Azeitão
2925-080 Azeitão
Tel: 210 495 680
www.portosalus.com
www.grupovisabeira.com
Os membros da Associação Nacional de Sargentos e respectivo agregado familiar, que venham a ser alojados na Porto Salus Residências Assistidas, têm uma redução de 15% sobre os preços da tabela de mensalidades em vigor para o tipo e condições de alojamento contratualizados.

Agência Funerária Eterna Trindade

www.eternatrindade.pt
geral@eternatrindade.pt
SEDE
Avenida Elias Garcia, Lote 12, (de frente à Igreja da Charneca da Caparica)
2820-222 Charneca da Caparica
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
FILIAL
Avenida 23 de Julho, nº 413 A/B (zona central do Laranjeiro)
2810-292 Laranjeiro
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
Desconto de 40% na prestação de serviços fúnebres a associados e familiares

CEMEFI

Clínica de fisioterapia
Avenida Manuel Figueiredo Lote7 r/c Esq
2350-771 Torres Novas
cemefi.fisio@gmail.com
Tel/Fax: 249 826 155
Desconto de 10% a todos os associados, colaboradores e familiares, de forma a que consigam ter acesso a um serviço de saúde de qualidade. Para usufruírem deste desconto é necessário que façam prova da situação em causa através de um recibo de vencimento ou outro documento que comprove a situação (cartão de sócio). Este desconto não é acumulável com outras campanhas existentes.

Clínica Dentisaúde

Clinica Dentaria
Rua Sanches Coelho
Loja 3 C/D Lisboa 1600-201
(à Av. Das Forças Armadas - direcção Rotunda de Entrecampos)
Tel. 21 795 86 20
E-mail: info@dentisaude.com.pt
http://www.dentisaude.com.pt/
10% de desconto sobre valor remanescente da ADM (5% em próteses, ortodontia e implantes). Uma destartarização gratuita após 1º tratamento dentário.

NOTA: Para obteres mais informações, coloca as questões através dos contactos habituais ou consulta em <www.ans.pt> e <www.facebook.com/ANSargentos>. ▲

Rua Formosa 253-3º D
4000-258 PORTO
Tel: 222016312
porto@quintinoaires.pt
Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e Familiares

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo
■QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Valle dos Reis
Residências Sénior Assistidas
www.valledosreis.com
Av. António dos Santos, nº 36
2000-074 SANTARÉM
Tel: 243377803 Fax: 243377804
valledosreis@enfis.pt
Desconto de 5% na joia e men-

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel
Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
Tel: 210995590 Fax: 211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5 a 8% em vários Operadores Turísticos. Desconto de 8 a 10% na programação própria. Desconto de 6 a 8% em Rentacar. Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS
Tel: 21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲

Lt. 2-10º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia
■Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Av. 5 de Outubro, n.º 151, 3A,
1050-053 Lisboa
TM- 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
Tel: 218124226
quintinoaires@quintinoaires.pt

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Artigo 9.º

Tarefas Fundamentais do Estado

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

NO 40º ANIVERSÁRIO DA CRP, URGE DIFUNDIR O SEU CONTEÚDO!

Em 2 de Abril de 1976, no seguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974, e como resultado efectivo das primeiras eleições verdadeiramente livres, os deputados constituintes aprovaram a Constituição da República Portuguesa (CRP), que entrou em vigor a 25 de Abril de 1976, exactamente dois anos após a Revolução, cumprindo a promessa feita pelos militares de que no prazo de um ano haveria eleições livres e dois anos depois uma nova Constituição.

As promessas, feitas pelos militares responsáveis pela Revolução, eram então ponto de honra para cumprir!

Ao longo do texto da CRP, particularmente no que aos princípios fundamentais diz respeito, está claramente expresso que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que visa a realização da democracia económica, social e cultural, bem como o aprofundamento da democracia participativa, e em que se afirma que a soberania una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na CRP.

O texto identifica claramente que o Estado se subordina à CRP e se funda na legalidade democrática, que, nas relações internacionais, Portugal se rege pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, preconizando ainda o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares

e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

O texto da CRP estabelece igualmente como tarefas fundamentais do Estado, defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, para além de promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses.

Difundir o conteúdo da CRP, é colocar nas mãos dos cidadãos uma “arma legítima” que reforça a noção de que é no seu cumprimento que está a base sólida para um Portugal de progresso, justiça social, mais desenvolvido, mais capaz para responder aos desafios do futuro. Em simultâneo, permite aos mesmos cidadãos a plena consciência dos seus direitos e, nessa medida, de diferentes modos, praticarem o direito a “resistir” quando afrontados na dignidade que lhes assiste, tantas vezes subtraída com a agressão aos mais elementares direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos.

Quando se prepara a comemoração do 40º aniversário da CRP é urgente, e exige-se a cidadãos conscientes e responsáveis, que se dê a conhecer o conteúdo da Lei Fundamental de modo a que a defesa dos direitos e a exigência pelo respeito dos mesmos seja uma atitude consciente e fundamentada, exercida por todos os portugueses. ▲

SESSÃO COMEMORATIVA

40º Aniversário da CRP

Constituição da República Portuguesa

Uma iniciativa da **Câmara Municipal de Almada** com o apoio
do **CSA-Clube do Sargento da Armada**,
do **CPA-Clube de Praças da Armada**,
da **ANS-Associação Nacional de Sargentos**,
da **AOFA-Associação de Oficiais das Forças Armadas**
e da **AP-Associação de Praças**.

Sábado, 9 de Abril, pelas 16H00

Cine-Teatro da Academia Almadense, em Almada

